

UMA LEITURA CATÓLICA DO MOVIMENTO ESCOLANOVISTA*

Evelyn de Almeida Orlando²

Resumo

Este artigo analisa questões a respeito da presença católica nos debates acerca da renovação do ensino brasileiro nas décadas de 20 e 30 do século passado, a partir da ação representativa dos intelectuais católicos atuantes no movimento, dando maior visibilidade à reforma do ensino em Minas Gerais e a implementação das propostas pedagógicas formuladas por esse grupo. Assim, o trabalho põe em evidência, ainda de forma introdutória, a presença de grupos católicos no movimento escolanovista.

Palavras-Chave: Escola Nova. Leituras Católicas. Ensino Mineiro. Educação brasileira. Formação do educador.

Abstract

This article has in mind to observe the Catholic presence in the debates concerning the renewal of the Brazilian teaching in the decades of 20 and 30 starting from the intellectuals' Catholic acting of the movement representative focus, giving larger visibility to Reform of Minas Gerais Teaching and the implementation of the pedagogic proposals for that group. In other words, this article puts in evidence, still in an introductory way, the presence of the catholic groups in the movement escolanovista.

Keywords: School New. Catholics readings, Miner teaching. Brazilian education. The educator's formation.

Introdução

Uma palavra para resumir domina e ilumina os nossos estudos: “compreender”...

Compreender no entanto, nada tem de uma atitude de passividade. Para fazer uma ciência será sempre preciso duas coisas: uma realidade, mas também um homem...

Dirão que entre o que foi e nós os documentos já interpõem um primeiro filtro? Sem dúvida, eliminam freqüentemente, a torto e a direito.

Quase nunca, em contrapartida, organizam de acordo com o que se quer conhecer. Assim, como todo cientista, como todo cérebro que simplesmente, percebe, o historiador escolhe e tria. Em uma palavra, analisa. (MARC BLOCH, 2001, p.128)

O movimento da Pedagogia Moderna chegou ao Brasil nas últimas décadas do século XIX, trazendo muitas das práticas que mais tarde seriam reconhecidas como próprias da Escola Nova. Tais práticas e o ideário

* Artigo recebido em: junho de 2006.

* Aceito em: novembro de 2006.

² Licenciada em Pedagogia; aluna do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe pela linha História, Política e Sociedade; membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: intelectuais, instituições e práticas escolares/UFS.

ao qual correspondiam foram muito valorizadas com o advento da República, como símbolo do que havia de mais moderno em relação à Pedagogia. Nas primeiras décadas do século XX esse tipo de proposta recebeu a contribuição de intelectuais brasileiros que realizaram viagens de estudo à Europa e aos Estados Unidos da América e entraram em contato com as idéias em voga à época. Claparède, Dewey, Pestalozzi, Froebel e Herbart, clássicos da Pedagogia Moderna no final do século XIX e início do século XX, ganharam maior visibilidade no Brasil e juntamente com os debates que suscitaram trouxeram a lume questões educacionais consideradas importantes no ambiente brasileiro.

Em 1924, com a fundação da Associação Brasileira de Educação, os grupos ligados a essa instituição, que representavam variados interesses, faziam diferentes leituras acerca da modernidade e das práticas próprias a esta. O discurso higienista e as propostas pedagógicas próprias ao movimento escolanovista ganharam maior relevo por constituírem medidas eficazes para o controle do crescimento urbano e industrial. As práticas higienistas apareceram como uma necessidade saudável que permitiria um crescimento salubre e a nova pedagogia como a proposta mais eficiente de conformação e reprodução cultural.

Diferentes leituras foram feitas do movimento e das suas propostas pedagógicas. A lente da história, neste artigo, movimenta-se na direção contrária em relação a algumas certezas que estão postas na produção histórica da educação brasileira a respeito do movimento da Escola Nova. Ao contrário de algumas representações construídas pela historiografia educacional brasileira, este trabalho afirma que os católicos fizeram a sua leitura da Escola Nova e a incorporaram de maneira bastante eficiente. Assim, através dos rastros da história e das memórias, busco as presenças, as ausências, as marcas

deixadas pelos homens no exercício da vida. O método indiciário de Ginzburg leva-me a identificar neste artigo a presença de intelectuais católicos envolvidos com o movimento escolanovista, a leitura católica de tais propostas e compreender que as idéias não são produto de um único grupo. As idéias são gestadas, circulam e são apropriadas em diferentes espaços da vida social, sob as formas mais adequadas às suas necessidades.

Pensar o movimento da Escola Nova é tentar compreendê-lo em suas múltiplas dimensões, sem conferir a este a condição de movimento monolítico, mas tentando percebê-lo em um contexto no qual seja possível entendê-lo na sua pluralidade, nos mecanismos que o legitimam. A apropriação diz respeito a uma determinada forma de ler a realidade e a sua incorporação por parte de alguém ou por um grupo específico. É, portanto, uma prática singular. Nesse sentido, a historiografia da educação no Brasil ainda carece de estudos que revelem com maior clareza a apropriação católica das idéias da Pedagogia Moderna e a atualização do ensino nas escolas confessionais e nas escolas públicas, nas quais os professores eram predominantemente católicos. Os estudos sobre História da Educação Brasileira ainda não conferiram aos católicos o devido lugar no processo de modernização do ensino no país. Há uma lacuna a ser preenchida com estudos mais profundos acerca da temática.

Operar com a idéia de leituras e singularidades implica pensar na circularidade das culturas. Este é um conceito que permite entender determinados processos sem instituir maiores ou menores. Sob essa ótica, as idéias circulam entre os diferentes grupos que as apropriam de acordo com as suas necessidades, de forma singular, e não é possível afirmar categoricamente onde o desencadeamento dessas ondulações teve início de fato. Sem dúvida, o discurso escolanovista é marca distintiva do grupo

que se intitulou “Pioneiros da Educação”, a partir da representação construída por Fernando de Azevedo. O que a historiografia não aponta com clareza é que este mesmo discurso, sob padrões diversificados, também esteve presente, ao mesmo tempo, em outros grupos de intelectuais, como os católicos envolvidos com as questões educacionais do país.

Voltando a Lente para os Católicos

Os vestígios deixados na própria historiografia apontam para a presença e o envolvimento do grupo católico nas questões educacionais das décadas de 20 e 30. A presença de uma intelectualidade católica no bojo do movimento e o sucesso da reforma do ensino mineiro, em 1927, sinalizam para uma apropriação das propostas escolanovistas, adequando-as a necessidade de adaptação das práticas renovadoras à sociedade brasileira. As figuras de Anísio Teixeira e Lourenço Filho têm suas histórias marcadas pelo catolicismo. Além deles, outros intelectuais como Mário Casassanta, Fernando de Magalhães, Oliveira Barbosa e Francisco Campos, lideranças do catolicismo, alguns deles signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova pregavam a modernização da educação, a necessidade de novos métodos de ensino, o ensino ativo e integral, sem perder de vista o conceito de tradição. A renovação visava ampliar os horizontes educacionais, a fim de formar indivíduos mais aptos para as novas necessidades urbano-industriais que se faziam imperativas. Para esse grupo, a moralidade era a base de sustentação desse novo modelo construtivo.

As convicções católicas de Anísio Teixeira, por exemplo, quase o impediram de ingressar na vida acadêmica educacional. Sua opção pelo campo da educação, amplamente mais largo, o levou a enveredar por caminhos considerados pelos próprios padres do colégio que freqüentava como um sinal divi-

no que fazia de Anísio “um instrumento no sentido de ampliar a área de influência da Igreja dentro da estrutura do Estado” (NUNES, 2000, p. 87). Nos primeiros anos de atuação na Instrução Pública da Bahia, Anísio Teixeira conciliava as atividades de Inspetor do Ensino com a de colaborador de Dom Augusto nos trabalhos do apostolado leigo. Publicava permanentemente na imprensa católica e mantinha correspondências freqüentes com o grupo de católicos da França, ligados à organização da Ação Católica Francesa.

O Anísio que tomava contato com a vanguarda conservadora da Igreja européia, preocupada em preservar os valores morais e religiosos, é o mesmo que se empenha na organização da escola pública baiana. (NUNES, 2000, p. 98).

É o mesmo que, ao assumir a Diretoria Geral de Instrução Pública da Bahia, adotou como uma das suas primeiras medidas o exame da situação da educação no Estado e produziu uma proposta de reforma de ensino que após algumas emendas, se transformou em projeto e, posteriormente, em lei. O que é interessante salientar é que, dentre as questões doutrinárias, foi proposto o ensino religioso facultativo nas escolas, fora do horário regulamentar. Proposta que não foi aprovada pelos seus pares. Esse vínculo com o catolicismo é revelador da forte marca da Igreja na sua formação, com a qual ele só vai romper durante a sua viagem ao Estados Unidos da América em seu contato mais próximo com as idéias de John Dewey. Segundo Nunes (2000), seu primeiro contato com a América estremeceu o seu deslumbramento com os mistérios da fé, chegando mesmo a abalá-los. Entretanto, na sua segunda viagem, entre 1928 e 1929, Anísio percebeu não apenas o rápido movimento onde o novo superava o velho a cada instante, mas também uma

retomada de certos valores espirituais, os quais embebidos pelas idéias de Dewey expressam um naturalismo que não significa um entusiasmo geral pela ciência contra a religião, mas que passa a colocar a discussão moral e a emoção religiosa sob uma base secular.

Esse contato com o pragmatismo norte-americano não foi capaz de apagar a origem e a formação católica que recebeu no período da sua formação, somando esta ao aporte técnico e instrumental aprendido nos anos em que esteve nos EUA, claramente refletido na posição que veio a ocupar como homem de ação no campo político e educacional brasileiro. Nesse sentido, Nunes ainda reitera:

em termos de atitude, carregava, numa adequada convergência entre a prática religiosa católica e a prática política familiar, a valorização da experiência. (2000, p. 88).

Marcado pela mesma insígnia do catolicismo, Lourenço Filho, importante figura política, educador, psicólogo e renovador, consolidou o projeto de Anísio Teixeira no Instituto de Educação do Distrito Federal em relação à formação de um novo quadro de professores, capacitados nos novos cânones da Pedagogia Moderna e, muito embora a sua ênfase estivesse voltada às questões da Biologia e da Psicologia Experimental, entre os seus pedidos de livros sempre figuravam textos de Alceu Amoroso Lima e outros livros religiosos (VIDAL, 2001, p. 183, 283). Ainda em relação a Lourenço Filho, nas questões formuladas durante as Conferências Nacionais de Educação por Barbosa de Oliveira, intelectual católico que contribuiu para a educação e que tinha um papel de destaque no grupo católico da Associação Brasileira de Educação, suas manifestações não se davam de forma contrária às deste. O único ponto efetivo de dis-

córdia entre eles dizia respeito aos problemas atinentes à centralização administrativa.

Os fortes embates provocados pelas posições dos católicos no interior da Associação Brasileira de Educação revelam o peso político e a plasticidade desse grupo, que aliava as propostas pedagógicas da Escola Nova à unificação de um plano nacional de ensino, o qual plasmaria a educação brasileira com base em padrões definidos fundamentalmente por valores morais. O método ativo, visto como método eficiente no processo de modelagem da criança com base em uma formação disciplinada, moral e ética, voltada para o desenvolvimento da capacidade cognitiva, ajudaria a formar o tipo de cidadão que a nova sociedade requeria.

Nesse sentido, as reformas do ensino, que se tornaram a tônica dos anos 20, tiveram a pretensão de instaurar nos diferentes Estados, projetos específicos de remodelação do ensino. Em cada Estado, percebe-se a marca do renovador à frente do projeto e a singularidade do mesmo em relação à modernização das práticas pedagógicas que ocorreram dentro de um campo, que como tal era permeado por disputas políticas em busca de poder. A implementação dos ideais renovadores encontrou resistências em muitos lugares como o próprio Distrito Federal, não porque suas propostas ferissem efetivamente determinados princípios nacionais, mas porque em torno do campo educacional travou-se uma disputa na qual estava em jogo não só a educação como projeto pedagógico, mas, e, sobretudo, como projeto político. Tudo isto põe em relevo a reforma do sistema de ensino mineiro, liderada por Francisco Campos e Mário Casassanta, em 1927, considerada por Jorge Nagle como “a mais bem sucedida do país em termos de propostas pedagógicas” (NAGLE apud HILSDORF, 2003, p. 81). O sucesso da Reforma mineira se deu em virtude de não haver em Minas, de

modo mais explícito, uma disputa acirrada pelo poder político dentre os que lideraram o projeto reformista. A intelectualidade a frente desse projeto era católica e a inserção dos ideais da Igreja no campo educacional era ponto pacífico.

Mário Casassanta e Francisco Campos, católicos convictos não só pela formação que receberam, mas também pelas suas posturas e decisões, estiveram à frente da reforma do sistema de ensino mineiro, em 1927, a qual não retirou o ensino religioso das escolas mesmo este tendo sido abolido pelas decisões constitucionais de 1931. Fernando Magalhães e Oliveira Barbosa, lideranças católicas na Associação Brasileira de Educação ao longo da década de 20, também adotaram posturas claramente definidas no tocante a renovação das práticas pedagógicas sem desassociá-las da formação moral católica. Esta educação apoiava-se nas bases do catolicismo, considerado por esse grupo o “cimento da unidade nacional”. As pressões exercidas junto ao governo pelo grupo católico deram a este grupo uma importante vitória, na Constituição de 1934 ao recolocar o ensino religioso na legislação brasileira, ainda que de forma facultativa. Embora não fosse a vitória esperada, não se pode desconsiderar esse avanço significativo para a Igreja. Além disso, este fato aponta a proximidade existente entre a Igreja e o governo através dos seus representantes intelectuais e revela o prestígio de tal grupo no campo político-educacional.

A remodelação da escola foi ponto central na reforma de Francisco Campos que convocou o professorado, elemento fundamental nessa obra, para remodelar o ensino primário. Com isso, um conjunto de medidas foi introduzido para a formação dos professores nos novos métodos pedagógicos como

a remodelação da Escola Normal, a criação da Escola de

Aperfeiçoamento para professores já formados, a reformulação da Revista do Ensino e a constituição de bibliotecas. (CARVALHO, 2003, p. 238 - 239).

O governo mineiro incentivou e investiu na modernização do ensino, enviando também algumas professoras aos Estados Unidos da América para aprenderem as novas técnicas educacionais. Quando do seu retorno, elas adaptavam as novas técnicas às suas necessidades e às condições locais. Além disso, em consonância com os novos preceitos higienistas, o governo de Minas Gerais convidou a psicóloga Helena Antipoff, assistente de Edouard Claparède na França, a assumir a cadeira de Psicologia Educacional na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Minas Gerais e a direção do Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento. O discurso mineiro, embora católico, não afrontava as novas propostas pedagógicas. Antipoff, que foi recepcionada por Lourenço Filho ao chegar ao Brasil e comungava com ele das fontes da Psicologia Moderna, teve a chance de implementar em Belo Horizonte a prática da pesquisa experimental, através dos métodos de inquéritos e testes, desde 1929, ou seja, antes mesmo do Lourenço Filho fazê-lo no Instituto de Educação do Distrito Federal.

É notório o avanço das práticas pedagógicas modernas de ensino em Minas Gerais, apesar daquele não ter retirado o ensino religioso das suas escolas. A escola mineira era, sem dúvida, uma escola católica, o que não constituiu empecilho para a modernização do ensino. Os novos métodos e as novas técnicas experimentais foram introduzidas no currículo da escola de

braços dados com a tradição católica. A proposta dos reformadores mineiros não estava baseada em

uma ruptura com a tradição, o que dava lugar a uma leitura muito mais indulgente da escola antiga do que aquela de Fernando de Azevedo. (FARIA FILHO; VIDAL, 2005, p. 8).

Segundo Hilsdorf

São características da reforma mineira: a escola encarada como ação social; atenta aos interesses e motivos da criança e não à lógica das disciplinas; o predomínio da atividade no lugar da passividade, fazendo da lição um trabalho comum, uma ‘cooperação das inteligências’; a melhoria da Escola Normal de Professores com a introdução de uma nova disciplina, a Psicologia Educacional, que ofereceria as bases científicas do desenvolvimento infantil a partir do uso de testes e projetos experimentais. (2003, p. 81)

Em face ao sucesso da reforma mineira não se pode negar que o projeto político pedagógico do movimento escolanovista não só deu certo no Brasil como para a história é revelador das apropriações e da circularidade das idéias. As Reformas refletiram nos diferentes Estados as apropriações que foram feitas do movimento seja em face do incentivo a adesão ampla ao novo, seja em função das razões que mantiveram o espírito da tradição. A clareza diante dessa questão é importante para que se compreenda que não há uma única apropriação. As idéias que estão postas circulam entre os grupos e essas as incorporam de acordo com as suas necessidades em determinado momento ou circunstância.

A representação produzida pela historiografia brasileira assume uma postura segundo a qual os católicos teriam utilizado apenas parte dos princípios escolanovistas, depurando-os daquilo que feria aos seus princípios mais caros. Nesse sentido é possível afirmar

que os demais pioneiros se apropriaram das idéias escolanovistas na íntegra? Eles não as depuraram em nenhum momento? Como produziram a sua própria matriz interpretativa? O que justifica Fernando de Azevedo nas suas propostas educacionais enfatizar a Sociologia educacional, enquanto Anísio Teixeira preferiu a Filosofia, secundarizando a Psicologia Experimental de Lourenço Filho? O próprio discurso dos renovadores reflete as diferentes apropriações internas que ocorreram no interior de um grupo em relação ao qual se produziu a imagem de coesão.

As disputas que ocorreram no interior da Associação Brasileira de Educação são reveladoras das contradições políticas que embasavam as discussões de forma muito mais contundente do que as questões técnicas referentes ao ensino. Estas apareciam para ilustrar ou representar o eixo de uma disputa que se travava em relação ao campo político. Tanto os renovadores quanto os católicos apresentavam projetos de remodelação da sociedade em face das novas necessidades da vida moderna, que exigia da educação um novo tipo de sujeito a ser formado. A metodologia da Escola Nova foi aceita por ambos os grupos por ser considerada, segundo Hilsdorf “um mecanismo eficiente de controle social, para constituir de cima para baixo o povo adequado à nação” (2003, p. 83). Nesse sentido, a Escola Nova é movimento não de despolitização, mas de repolitização.

A representação construída por Fernando de Azevedo é a de que 1930 é um marco na História da Educação Brasileira e os pioneiros da Educação são os responsáveis pela introdução das idéias escolanovistas no país, associando o ensino brasileiro ao que havia de mais moderno na Pedagogia, sobretudo na Pedagogia norte-americana, através das discussões realizadas na Associação Brasileira de Educação, considerada por ele, segundo Marta Carvalho

Um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, e um dos mais importantes, se não o maior centro de coordenação e de debates para o estudo e solução de problemas educacionais, ventilados por todas as formas, em inquéritos, em comunicados à imprensa, em cursos de férias e nos congressos que promoveu nas capitais dos Estados (1998, p. 31).

Essa matriz interpretativa dá voz a esse grupo e silencia outros, como os católicos que se fizeram presentes tanto nas discussões políticas quanto técnicas durante as Conferências realizadas pela Associação Brasileira de Educação e se constituíram no grupo mais forte da associação até a década de 30, quando o chamado grupo da esquerda assumiu o controle da referida instituição. Essa matriz interpretativa silencia também a presença de intelectuais católicos ligados diretamente ao clero que adotaram princípios escolanovistas para melhor difundir as idéias religiosas, como é o caso do Padre Álvaro Negromonte, “um dos arautos da renovação pedagógica do catecismo” (VILELA, 1998, p. 312). Intelectual importante no catolicismo brasileiro que movimentou esse braço da Igreja através de suas críticas, seus ensinamentos, seus conselhos e diretrizes. Conquistou espaço nos meios impressos, nas emissoras de rádio cariocas e assumiu postos de direção que lhe renderam maior visibilidade como o cargo de diretor de Ensino Religioso na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Suas idéias circularam por todo o Brasil através das suas obras, da sua contribuição à imprensa do país, das semanas de estudos que promoveu em quase todo o Brasil e das suas concorridas conferências.

Segundo Cambi,

a difusão do ativismo provocou também a assimilação de alguns de seus elementos fundamentais por parte de ideologias educativas bem distantes de seus pressupostos psicológicos e sociais, como a pedagogia católica que, ao lado de uma polêmica às vezes acesa sobre a concepção do homem e da sociedade em que o ativismo se inspirava, dedicaram uma progressiva atenção, muitas vezes genuína e sensível, para as soluções didáticas que o movimento da ‘escola ativa’ vinha propondo (1999, p. 526)

A eficiência do método ativo atendia bem a necessidade de se introduzir na alma da criança os preceitos morais e cristãos e os católicos não se abstiveram de usar essa nova metodologia como importante ferramenta que vinha sendo experimentada e atestada nas escolas. As novas técnicas educacionais, os novos dispositivos de circulação das idéias não passaram ao largo da intelectualidade católica que de uma forma geral, mantém a prática de atualizar o seu discurso e se renovar diante das necessidades sociais buscando satisfazê-las sem perder de vista os alicerces doutrinários e morais que a legitimam como instituição sagrada. A preservação dos dogmas não impede que à estes sejam dados uma nova roupagem que permite torná-los condizentes com determinada época e sociedade. De acordo com Cambi, nesse influxo, muitas comunidades cristãs, no interior da própria Igreja, assumiram um comportamento em relação ao mundo moderno caracterizado pela preocupação com os problemas sociais atuais e uma necessidade precisa de dialogar com essa sociedade “pós-cristã”. Nesse sentido, a leitura que os católicos fizeram do movimento da Escola Nova objetivou uma remodelação do ensino religioso a fim de ampliar o seu campo de atuação e, ao mesmo tempo, garantir uma formação religiosa

mais segura e mais sólida. Com isso, “foi se afirmando, gradativamente uma rica e articulada presença de orientações de matriz cristã” no pensamento pedagógico do século XX (CAMBI, 1999, p. 564).

A apropriação que a Igreja fez da Pedagogia ativa encontrou na Europa as suas matrizes teóricas. Pestalozzi, Decroly, Claparède, Ferrière foram os expoentes da modernidade que permitiram a Igreja circular em meio as suas teorias. Segundo Meylan na Introdução da Educação Funcional de Claparède desenvolvido na coletânea A Escola sob Medida (1973), a concepção funcional desenvolvida por este tem origem em Pestalozzi, o qual concebe a educação elementar como a liberação na criança do elemento divino que o criador colocou no coração de todo o ser humano. A força que está no homem, portanto, é a força divina, motivo pelo qual estava convencido de que bastava desenvolver as forças interiores do homem para fazê-lo sentir-se filho de Deus. A educação era para Pestalozzi um serviço racional que consiste na vocação de todo ser humano. Esta seria a base da funcionalidade defendida por Claparède. A Psicologia Experimental de Claparède sobretudo, e as suas noções de “educação funcional” e “escola sob medida” foram no Brasil, o elo de ligação entre a Igreja e a corrente escolanovista européia. Tais teorias corroboraram com a ação educativa da Igreja, que possui suas matrizes fundadas sobre o reconhecimento do caráter sagrado na pessoa humana, articulando o ensino da fé através do exercício da razão, por se entender ser este o método de maior eficácia para o processo de ensino-aprendizagem. A educação para Claparède, deve ser mantida por uma necessidade e deve ter uma função específica motivada pelo interesse, o que torna necessário uma revisão nos programas de estudos e nos métodos de ensino. Por conseguinte, a escola deve se organizar sob medida para a criança, a fim de propiciar as condições para que suas necessidades sejam sa-

tisfeitas e sejam organizados processos de aprendizagem individualizados baseados em suas motivações e interesses pessoais.

O discurso da Irmã Olga, professora de metodologia da Escola Normal de Araguay, proferido na Semana Pedagógica de Minas Gerais e publicado na Revista do Ensino de Minas Gerais é representativa dessa apropriação católica dos novos métodos educacionais. Sua concepção de Escola Nova coincide com a definição de Decroly “escola da vida para a vida”. Para ela, os princípios da Escola Nova são profundamente entrelaçados com os princípios cristãos, já preconizados pela Igreja desde S. Thomáz de Aquino. Este teria formulado a Escola Nova, definindo o ensino como

a arte de conversar a ciência em outrem, ajudando-o a se servir da sua razão natural. Para S. Thomaz o papel do mestre não é o de dogmatizar o aluno não é o de recolher passivamente o ensino. Não, ele quer para o aluno uma atitude ativa, ele deve servir-se da razão, isto é, exercer sua atividade intelectual. A missão do mestre consiste em ajudar o aluno no seu trabalho (AQUINO apud Ir. OLGA, 1934, p.74)

Citando Everardo Backeuzer, “ilustre católico brasileiro, pioneiro da escola nova” (Ir. OLGA, 1934, p. 66) ainda reitera

A Igreja Católica, em acordo aliás, com todos os pedagogos criteriosos, não é contra os princípios da Escola Nova, que são sim os seus próprios princípios. E, porém contra adeptos vermelhos, demasias que geram unilateralismos prejudiciais. Assim, a Igreja Católica: permite a classe à liberdade de ação, mas impede a

indisciplina. Estimula a atividade do aluno, mas não lhe dá plena autonomia. Encaminha os alunos para os empreendimentos de caráter social, sem lhes consumir, porém em clubes e diversões o tempo necessário ao estudo. Ministra-lhes noções econômicas – úteis à vida quotidiana, mas incute-lhes noções Moraes, indispensáveis a esta e a outra vida. Garante a influência da escola na educação, mas não esquece o ascendente da família. Estimula a iniciativa da criança, mas deixa intacta a autoridade do mestre (BACKEUZER apud Ir. OLGA, 1934, p. 73)

A aplicação prática desses preceitos escolanovistas pelos católicos no âmbito do ensino religioso, ganhou realce a partir da introdução dos testes e inquéritos nas escolas de Belo Horizonte, a fim de medir o nível intelectual das crianças para um melhor ajustamento das classes, permitiu à professora Helena Antipoff realizar uma pesquisa intitulada “Ideias e Interesses das crianças de Belo Horizonte”, na qual diagnosticou o ensino religioso como aquele que despertava o menor grau de interesse das crianças. A publicação do resultado dessa pesquisa desencadeou uma forte reação da Igreja Católica que, através do Padre Álvaro Negromonte, a contestou e a combateu fortemente nos jornais em relação a sua posição diante do ensino religioso nas escolas. A nacionalidade russa da professora Helena Antipoff suscitava desconfiança e acusações de comunismo à educadora por parte da Igreja. Entretanto, a professora de Psicologia esclareceu a questão associando os resultados da pesquisa a uma crítica fundada na “forma como o ensino religioso era ensinado”. Segundo ela mesma, “de maneira enfadonha e erudita assim como os livros de religião eram redigidos” (ANTIPOFF, 1996, p. 131). Antipoff convidou, estrategicamente, o padre Álvaro Negromonte a

assumir a vice-presidência da Sociedade Pestalozzi, colocando-o em contato com as idéias acerca da Pedagogia Moderna que estavam circulando na Europa. O método ativo tornou-se seu aliado e contribuiu significativamente para a renovação catequética brasileira. A aproximação do padre Negromonte com o funcionalismo da educação de Claparède articulou a natureza e a sociedade como intermediários para o verdadeiro fim educativo: a elevação do espírito, a sabedoria e a humildade que o aproximam de Deus. Essa orientação funcional que utiliza os interesses naturais do educando não deve impedir, a formação da força de vontade, da energia de caráter e do espírito de sacrifício sem os quais o processo educativo seria mutilado naquilo que para a Igreja ele possui de essencial.

Dessa forma, as propostas escolanovistas foram apropriadas não só pelos profissionais da educação, mas também pelos intelectuais católicos no interior da Igreja nas aulas de catecismo e se alastraram para as escolas através da publicação de uma coleção didática de catecismos que circulou em todo o Brasil, difundindo os ideais católicos através do método ativo e integral. Segundo Orlando,

A Coleção Monsenhor Negromonte é composta de onze títulos destinados ao corpo discente das escolas desde a 1ª série primária até o curso normal, além de três GUIAS DO CATEQUISTA. O 1º referente à orientação do ensino de catecismo do 1º e 2º ano primário; o 2º referente ao 3º ano primário; e, o 3º orientava o 4º ano primário” (2006, p. 48).

Essa aproximação da Igreja com os ideais escolanovistas não só por parte dos profissionais da Educação, mas do próprio clero,

acabou beneficiando a própria Igreja

Católica em Minas Gerais com o recolhimento de livros mal escritos e introdução de uma literatura mais atualizada para ensinar o catecismo. (ANTIPOFF, 1996, p. 133).

No campo da História da Educação, também é possível sentir a inserção e a contribuição de intelectuais católicos que se puseram a produzir manuais e compêndios acerca dessa temática como o da vertente historiográfica que se instaurou com a obra de Afrânio Peixoto e que, de acordo com Clarice Nunes, se caracterizava por “deixar de lado a pesquisa em fontes primárias e eleger a compilação comentada como forma de trabalho” (apud FARIA FILHO; VIDAL, 2003, p. 9). Seguindo o rastro desta escrita historiográfica, as madres Peeters e Cooman se dispuseram a produzir e publicar em 1936 a Pequena História da Educação.

Ruy de Ayres Bello, outro importante intelectual católico, professor da Universidade Católica do Recife, do Instituto de Educação e catedrático da Universidade Federal de Pernambuco, segundo o Dicionário Folclorista Brasileiro, publicou vários livros: Introdução à Pedagogia (1941), Esboço de História da Educação (1945) e Pequena História da Educação (1970), entre outros. Exerceu também as funções de diretor do Instituto de Educação, membro do Conselho Universitário e do Conselho Estadual de Educação pernambucano. Foi ainda deputado estadual e membro da Academia Pernambucana de Letras. Em suas contribuições valorizou a reforma de Francisco Campos de 1931 e a liberdade de ensino religioso por ela implantada. O trabalho das madres Peeters e Cooman aparece em suas referências bibliográficas ao lado de Afrânio Peixoto, Rocha Pombo, Primitivo Moacyr e Bento de Andrade Filho, indicando o diálogo com a produção da época. Toda essa sintonia com o movimento

educacional, aponta para uma certa flexibilidade e para um movimento de renovação dentro da própria Igreja que revelam a plasticidade do catolicismo e sua capacidade de se atualizar para assegurar a sua permanência no campo.

Considerações Finais

A despeito do silêncio que se fez na historiografia acerca da presença dos católicos na cultura e na educação brasileira, alguns autores têm revisto essas posições e pesquisas vêm sendo realizadas no intuito de reconfigurar o papel coadjuvante reservado ao catolicismo brasileiro.

A ação dos renovadores mineiros é relevante e revela a participação do Estado de Minas Gerais no movimento, bem como o seu sucesso em relação às práticas pedagógicas e a preservação da tradição católica. O projeto de substituição da escola antiga pela escola moderna em Minas não ocorreu na íntegra. A atualização se deu em uma espécie de *continuum*, onde o passado e o presente se integraram renovando com base em “uma visão católica da realidade social” (FARIA FILHO, 2005, p. 39).

A produção de uma memória nacional que se fez representativa nos estudos de História da Educação tem apagado a presença católica das discussões que ocorreram nas décadas de 20 e 30, assim como também tem apagado as importantes contribuições que intelectuais católicos deram às questões educacionais do país. A necessidade que se faz premente é a de revelar esses posicionamentos e indicar as diferentes leituras que foram feitas em relação ao movimento escolanovista, suas apropriações e práticas. Não em busca de uma verdade (afinal, o que vem a ser esta?), mas buscando a compreensão de um recorte da história, prática já apontada por Marc Bloch como parte do ofício do historiador.

Referências

- ANTIPOFF, D. **Helena Antipoff**: sua vida, sua obra. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1996
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Helena Antipoff**: textos escolhidos. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002
- CARVALHO, M. M. C. de. **Molde Nacional e Forma Cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998
- _____. As Reformas do Ensino. As Reformas da Instrução Pública. In: FARIAS FILHO, L. M.; LOPES, E. M. T.; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CLAPARÈDE, E. **A Escola sob Medida e estudos complementares sobre Claparède e sua doutrina por Jean Piaget, Louis Meylan e Pierre Bovet**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973
- COOMAN, M. A. de; PEETERS, F. (Madres). **Pequena História da Educação**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
- DICIONÁRIO DE FOLCLORISTAS BRASILEIROS. Disponível em: <<http://www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/dicfrs.htm>>. Acesso em 16 jun. 2006
- HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- NUNES, C. **Anísio Teixeira**: a poesia da ação. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000.
- OLGA, I. Escola Nova Christã. In: **Revista do Ensino**, anno X, nº 128-132, p. 65-76, jul./dez. 1936.
- ORLANDO, E. de A. Nota prévia sobre a Coleção Monsenhor Álvaro Negromonte. In: **CADERNOS UFS História da Educação**, São Cristóvão: NPGED/UFS, 2006.
- TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Fernando de Azevedo e a cultura brasileira ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1995.
- VIDAL, Diana Gonçalves, FARIA Filho, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. v.23, n. 45, jul. 2003, p.37-70. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-0188. Acesso em 16 jun.2006

_____. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In: VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p.73-127

VIDAL, D. G. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

VILELA, M. A tradição da catequese no Brasil. In: BOLLIN, A.; GASPARINI, F. **A catequese na vida da Igreja**: notas de história. São Paulo: Paulinas, 1998. p. 259-327